



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FUNDÃO**  
CONTROLADORIA GERAL

**MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO  
SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DE GOVERNO**

**Emitente:** Controladoria Geral do Município

**Unidade Gestora:** Prefeitura Municipal de Fundão/ES

**Gestor responsável:** Gilmar de Souza Borges

**Exercício:** 2021

## **1. INTRODUÇÃO**

Observando o que dispõe o artigo 74 da Constituição Federal de 1988, bem como o que dispõe o artigo 59 da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF essa unidade de controle interno realizou, no exercício supramencionado, procedimentos de controle, objetivando apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

### **1.1 Estrutura do Controle Interno**

Compõe a atual estrutura da Unidade de Controle Interno (UCCI) um total de 05 (cinco) servidores:

- Controlador Geral - Marcelo Ribeiro de Freitas (comissionado, formação acadêmica em Direito, assumiu o cargo em 09/08/2021);
- Subcontrolador Geral - Roberto Tenorio Katter (comissionado, formação acadêmica em Direito, assumiu o cargo em 01/09/2021);



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FUNDÃO**  
CONTROLADORIA GERAL

- Gerente de Controle Interno - Juliana Gomes Nunes (comissionada, formação acadêmica em Direito, assumiu o cargo em 26/03/2021);
- Gerente de Auditoria Interna - Marcos Roland Onofre (comissionado, formação nível médio, assumiu o cargo em 17/09/2021); e
- Auditor de Controle Interno - Prícilla Grazziotti Dalcamin Acerbi (efetiva, formação acadêmica em Ciências Contábeis, assumiu o cargo em 01/04/2021).

Há ainda na estrutura outro auditor de controle interno, o Sr. Leonardo Lima de Oliveira, que no atual momento encontra-se afastado para desempenho de mandato classista.

Insta destacar que a atual equipe que compõe a estrutura da Controladoria Geral do Município de Fundão não participou de gestões anteriores, tendo cada qual assumido seu cargo já no exercício de 2021, não participando sequer da transição entre as gestões.

O Controle Interno é responsável por três unidades gestoras, quais sejam, Prefeitura Municipal, Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Fundão e do Fundo de Saúde municipal.

Isso por si gerou um desafio interno, uma vez que foi e tem sido necessário incutir na mente dos gestores a relevância do controle interno na gestão, sugerir e criar alterações normativas, recomendações, análise de



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FUNDÃO**  
CONTROLADORIA GERAL

procedimentos administrativos diversos, incluindo processos licitatórios, pessoal, dentre outros.

Por fim, apresentamos a seguir os pontos de controle selecionados para análise, os procedimentos adotados, seguidos das constatações e proposições sugeridas, emitindo, ao final, nosso parecer conclusivo.

Código	Ponto de controle	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle
<b>1.1. Gestão fiscal, financeira e orçamentária.</b>				
1.1.1	Prestação de contas anual - execução Orçamentária	LC 101/2000, art. 58.	Avaliar se a prestação de contas anual do chefe do Poder Executivo evidencia o desempenho da arrecadação em relação à previsão, destacando as providências adotadas no âmbito da fiscalização das receitas e combate à sonegação, as ações de recuperação de créditos nas instâncias administrativa e judicial, bem como as demais medidas para incremento das receitas tributárias e de contribuições.	LOA 2021 - Lei Municipal 1.261/2020 e RREO - Anexo 1
1.1.3	Transferência de recursos orçamentários ao Poder Legislativo.	CRFB/88, art. 168.	Avaliar se os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais, destinados aos órgãos do Poder Legislativo, foram transferidos pelo Poder Executivo até o dia 20 de cada mês, em duodécimos.	Lei Orçamentária Anual de 2021 e Balancete da Receita Orçamentária
<b>1.2. Gestão Previdenciária</b>				
1.2.14	Equilíbrio financeiro e atuarial - Plano	<ul style="list-style-type: none"><li>• CF/88, art. 40.</li><li>• LRF, art. 69.</li><li>• Lei</li></ul>	Avaliar, nos institutos próprios de previdência social onde for verificado desequilíbrio financeiro e atuarial, se estão sendo	Relatório da Avaliação Atuarial, exercício de 2021



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FUNDÃO**  
CONTROLADORIA GERAL

	de Equacionamento	9717/1998 art. 1º.	instituídas medidas com vistas ao reequilíbrio do regime próprio de previdência.	
<b>1.4. Limites constitucionais e legais</b>				
1.4.1	Educação aplicação mínima	CRFB/88, art. 212, Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 69.	Avaliar se a aplicação de recursos na manutenção e no desenvolvimento do ensino atingiu o limite de vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino, considerando recursos aplicados a totalidade de despesas liquidadas compatíveis à função de governo, conforme Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB.	Publicação no Diário Oficial em 28/01/2022, e conferência com o relatório do setor contábil
1.4.2	Educação - remuneração dos profissionais do magistério	CRFB/88, art. 60, inciso XII do ADCT.	Avaliar se foram destinados, no mínimo, 70% dos recursos do FUNDEB ao pagamento dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício.	Publicação no Diário Oficial em 28/01/2022, e conferência com o relatório do setor contábil
1.4.4	Saúde - aplicação mínima	CRFB/88, art. 77, inciso III, do ADCT c/c LC 141/2012, arts. 6º e 7º.	Avaliar se foram aplicados, em ações e serviços públicos de saúde, recursos mínimos equivalentes a 12% e 15%, respectivamente, pelo estado e pelos municípios, da totalidade da arrecadação de impostos e das transferências que compõem a base de cálculo conforme previsto na CRFB/88 e na LC 141/2012.	Publicação no Diário Oficial em 28/01/2022, e conferência com o relatório do setor contábil
1.4.6	Despesas com pessoal abrangência.	LC 101/2000, art. 18.	Avaliar se todas as despesas com pessoal, inclusive mão de obra terceirizada que se referem à substituição de servidores, foram consideradas no cálculo do limite de gastos com	Publicação no Diário Oficial em 28/01/2022, e conferência com o relatório do setor



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FUNDÃO**  
CONTROLADORIA GERAL

			pessoal previstos na LRF.	contábil
1.4.7	Despesas com pessoal - limite	LC 101/2000, arts. 19 e 20.	Avaliar se os limites de despesas com pessoal estabelecidos nos artigos 19 e 20 LRF foram Observados.	Publicação no Diário Oficial em 28/01/2022, e conferência com o relatório do setor contábil
1.4.8	Despesas com pessoal - descumprimento de limites - nulidade do ato	LC 101/2000, art. 21.	Avaliar se foram praticados atos que provocaram aumento das despesas com pessoal sem observar as disposições contidas nos incisos I e II, do artigo 21, da LRF.	Publicação no Diário Oficial em 28/01/2022, e conferência com o relatório do setor contábil. Revisão das leis promulgadas no exercício de 2021.
1.4.9	Despesas com pessoal - aumento despesas nos últimos 180 dias do fim de mandato - nulidade do ato	LC 101/2000, art. 21, parágrafo único.	Avaliar se foram praticados atos que provocaram aumento das despesas com pessoal, expedidos nos cento e oitenta dias anteriores ao final do mandato do titular do Poder.	Publicação no Diário Oficial em 28/01/2022, e conferência com o relatório do setor contábil. Revisão das leis promulgadas no exercício de 2021.
1.4.10	Despesas com pessoal - limite prudencial - Vedações	LC 101/2000, art. 22, parágrafo Único.	Avaliar se as despesas totais com pessoal excederam 95% do limite máximo permitido para o Poder e, no caso de ocorrência, se as vedações previstas no artigo 22, parágrafo único, incisos I a V, da LRF foram observadas.	Publicação no Diário Oficial em 28/01/2022, e conferência com o relatório do setor contábil
1.4.11	Despesas com pessoal - extrapolação do	LC 101/2000, art. 23 c/c CRFB/88,	Avaliar se as despesas totais com pessoal ultrapassaram o limite estabelecido no artigo 20 da LRF e, no caso de	Publicação no Diário Oficial em 28/01/2022, e conferência



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FUNDÃO**  
CONTROLADORIA GERAL

	limite - providências / medidas de contenção	art. 169, §§ 3º e 4º.	ocorrência, se as medidas saneadoras previstas no artigo 23 (e 169, §§ 3º e 4º da CF 88) foram adotadas.	com o relatório do setor contábil
1.4.12	Despesas com pessoal - expansão de despesas - existência de dotação orçamentária - autorização na LDO	CRFB/88, art. 169, § 1º.	Avaliar se houve concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, inobservando a inexistência: I - de prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes; II - de autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista.	Leis Promulgadas no exercício de 2021
1.4.14	Transferências para o Poder Legislativo Municipal	CRFB/88, art. 29-A, § 2º.	Avaliar se os repasses ao Poder Legislativo Municipal obedeceram os dispositivos contidos no § 2º do artigo 29-A da CRFB/88.	Lei Orçamentária Anual de 2021 e Balancete da Receita Orçamentária
1.4.15	Dívida pública - extrapolação de limite no decorrer da execução orçamentária - redução do valor excedente	LC 101/2000, art. 31 e Resolução nº 40/2001 do Senado Federal.	Avaliar se a dívida consolidada do Estado/Município ultrapassou o respectivo limite ao final de um quadrimestre. Em caso positivo, verificar se a mesma foi reconduzida ao seu limite até o término dos três quadrimestres subsequentes, reduzindo o excedente em pelo menos 25% (vinte e	Publicação no Diário Oficial em 28/01/2022, e conferência com o relatório do setor contábil



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FUNDÃO**  
CONTROLADORIA GERAL

			cinco por cento) no primeiro.	
1.4.16	Operação de crédito por antecipação de receita orçamentária - limite	Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, Art. 10.	Avaliar se houve contratação de operações de crédito por antecipação de receita orçamentária no exercício. Existindo, verificar se o saldo devedor das operações de crédito por antecipação de receita orçamentária não excedeu o limite de 7% (sete por cento) da receita corrente líquida.	Publicação no Diário Oficial em 28/01/2022, e conferência com o relatório do setor contábil
<b>2.1. Instrumentos de planejamento: Plano Plurianual - PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e Lei Orçamentária Anual - LOA</b>				
2.1.1	LDO - compatibilidade com Plano Plurianual	CRFB/88, art. 165, § 1º.	Avaliar se as diretrizes, objetivos e metas estabelecidas na LDO estiveram compatíveis com o PPA aprovado para o exercício.	PPA 2018 a 2021 - Lei Municipal 1.101/2018  LDO 2021 - Lei Municipal 1.252/2020
2.1.2	LDO - limitação de empenho.	LC 101/2000, art. 4º, inciso I, alínea "b".	Avaliar se a LDO aprovada para o exercício continha dispositivo estabelecendo critérios e forma de limitação de empenho, a ser efetivada nas hipóteses previstas na alínea b do inciso II do artigo 4º, no art. 9º e no inciso II do § 1º do art. 31, todos da LRF.	LDO 2021 - Lei Municipal 1.252/2020  Art. 16 e Anexo de Riscos Fiscais
2.1.3	LDO - controle de custos e avaliação de resultados de programas.	LC 101/2000, art. 4º, inciso I, alínea "e".	Avaliar se a LDO aprovada para o exercício continha dispositivo estabelecendo normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos Orçamentos.	LDO 2021 - Lei Municipal 1.252/2020
2.1.4	LDO - condições	LC 101/2000,	Avaliar se a LDO aprovada para o exercício continha	LDO 2021 - Lei Municipal



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FUNDÃO**  
 CONTROLADORIA GERAL

	para transferências de recursos a entidades Privadas.	art. 4º, inciso I, alínea "f".	dispositivo estabelecendo condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e Privadas.	1.252/2020 Art. 30
2.1.5	LDO - Anexo de Metas Fiscais - abrangência	LC 101/2000, art. 4º, §§ 1º e 2º.	Avaliar se a LDO aprovada para o exercício continha Anexo de Metas Fiscais estabelecendo metas anuais relativas a receitas e despesas, resultados nominal e primário, montante da dívida pública, dentre outras informações, na forma estabelecida pela LRF.	LDO 2021 - Lei Municipal 1.252/2020
2.1.6	LDO - Anexo de Metas Fiscais - Conteúdo	Portaria STN nº 637/2012.	Avaliar se os demonstrativos que integraram o Anexo de Metas Fiscais da LDO aprovada para o exercício foram elaborados em observância ao Manual de Demonstrativos Fiscais editado pela STN.	LDO 2021 - Lei Municipal 1.252/2020 e Manual de Demonstrativos Fiscais/STN
2.1.7	LDO - Anexo de Riscos Fiscais - Abrangência	LC 101/2000, art. 4º, § 3º.	Avaliar se a LDO aprovada para o exercício continha Anexo de Riscos Fiscais avaliando os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso esses passivos e riscos se Concretizassem.	LDO 2021 - Lei Municipal 1.252/2020



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FUNDÃO**  
CONTROLADORIA GERAL

2.1.8	LDO - Anexo de Riscos Fiscais - Conteúdo	Portaria STN nº 637/2012.	Avaliar se o Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências que integrou a LDO aprovada para o exercício foi elaborado em observância ao Manual de Demonstrativos Fiscais editado pela STN.	LDO 2021 - Lei Municipal 1.252/2020 e Anexo de Riscos Fiscais
2.1.9	Programação orçamentária - disponibilização de estudos e estimativas de Receitas.	LC 101/2000, art. 12, § 3º.	Avaliar se o Poder Executivo colocou à disposição dos demais Poderes e do Ministério Público, no mínimo trinta dias antes do prazo final para encaminhamento de suas propostas orçamentárias, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.	LDO 2021 - Lei Municipal 1.252/2020
2.1.10	LOA - compatibilidade com a LDO e com o Plano Plurianual.	CRFB/88, art. 165, § 7º.	Avaliar se os programas de governo, projetos e atividades previstos na LOA estiveram compatíveis com a LDO e PPA.	LDO 2021 - Lei Municipal 1.252/2020
2.1.11	LOA - demonstrativo da compatibilidade dos orçamentos com objetivos e metas da LRF	LC 101/2000, art. 5º, inciso I.	Avaliar se o demonstrativo de compatibilidade da programação orçamentária com os objetivos e metas estabelecidos no Anexo de Metas Fiscais, parte integrante da LDO, integrou a LOA aprovada para o exercício.	LDO 2021 - Lei Municipal 1.252/2020 LOA 2021 - Lei Municipal 1.261/2020
2.1.12	LOA - demonstrativo dos efeitos da renúncia	CRFB/88, art. 165, § 6º, c/c LC 101/2000, art. 5º,	Avaliar se o demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e	LDO 2021 - Lei Municipal 1.252/2020 LOA 2021 - Lei Municipal 1.261/2020



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FUNDÃO**  
CONTROLADORIA GERAL

	de Receita	inciso II.	benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia, bem como, das medidas de compensação a renúncias de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado integrou a LOA aprovada para o Exercício.	
2.1.13	LOA - reserva de Contingência	LC 101/2000, art. 5º, inciso III.	Avaliar se a LOA aprovada para o exercício contemplou dotação orçamentária para reserva de contingência, com forma de utilização e montante definidos e compatíveis com a LDO.	LDO 2021 - Lei Municipal 1.252/2020 Art. 15  LOA 2021 - Lei Municipal 1.261/2020 Art. 4º
2.1.14	LOA - previsão de recursos para pagamento de Precatórios	CRFB/88, art. 100, § 5º.	Avaliar se houve previsão na LDO e inclusão na LOA, de dotação necessária ao pagamento de débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciais apresentados até 1º de julho, na forma do artigo 100 da CRFB/88.	LDO 2021 - Lei Municipal 1.252/2020 LOA 2021 - Lei Municipal 1.261/2020
2.1.15	LOA - vinculação de recursos.	LC 101/2000, art. 8º, parágrafo único.	Avaliar se a LOA foi aprovada e executada com as dotações de despesas vinculadas às respectivas fontes de recursos.	LOA 2021 - Lei Municipal 1.261/2020
2.1.16	LOA - programação financeira e cronograma de Desembolso.	LC 101/2000, art. 8º.	Avaliar se, após a publicação da LOA, foi estabelecida a programação financeira e o cronograma de execução mensal de Desembolso.	Atos promulgados pelo Executivo
2.1.17	Transparência na gestão	LC 101/2000, art. 48,	Avaliar se foram realizadas audiências públicas durante o processo de elaboração e discussão dos projetos de	Atos realizados pelo Executivo



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FUNDÃO**  
CONTROLADORIA GERAL

		parágrafo Único.	lei do PPA, da LDO e da LOA.	
<b>2.2. Gestão fiscal, financeira e orçamentária</b>				
2.2.1	Anexo de Metas Fiscais - cumprimento de metas fiscais.	LC 101/2000, art. 9º.	Avaliar se, após a identificação do descumprimento de meta fiscal ao final de determinado bimestre, em decorrência da não realização de receitas, foram adotadas as medidas de limitação de empenho e movimentação financeira, nos trinta dias subsequentes.	Anexo VI da RREO - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal
2.2.2	Instituição, previsão e execução de Receitas.	LC 101/2000, art. 11.	Avaliar se foram instituídos, previstos e efetivamente arrecadados todos os tributos de competência do ente da Federação. As providências adotadas no âmbito da fiscalização das receitas e combate à sonegação, as ações de recuperação de créditos em instâncias administrativas e judiciais, e os resultados Alcançados.	LOA 2021 - Lei Municipal 1.261/2020  Balancete da Receita Orçamentária
2.2.3	Renúncia de receitas - estimativa de impacto Orçamentário financeiro	LC 101/2000, art. 14.	Avaliar se a concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita foi acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, se atende ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e se observou as disposições contidas nos incisos I e II, do artigo 14, da LRF.	LDO 2021 - Lei Municipal 1.252/2020  Leis Municipais 1.271/2021 e 1.289/2021
2.2.4	Renúncia de receitas - eficácia da	LC 101/2000, art. 14, § 2º.	Existindo renúncia de receita cuja condição de equilíbrio tenha sido a adoção de medida de compensação, hipótese do	LDO 2021 - Lei Municipal 1.252/2020  Leis



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FUNDÃO**  
 CONTROLADORIA GERAL

	concessão ou ampliação do incentivo.		inciso II, do artigo 14 da LRF, avaliar se o ato de concessão ou ampliação do incentivo ou benefício de que trata o caput do artigo 14, só entrou em vigor quando efetivamente foram implementadas as medidas de Compensação.	Municipais 1.271/2021 e 1.289/2021
2.2.5	Renúncia de receitas - legislação específica	CRFB/88, art. 150, § 6º.	Avaliar se a concessão de subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas ou contribuições, foram concedidos mediante lei específica, estadual ou municipal, regulando exclusivamente as matérias acima enumeradas ou o correspondente tributo ou contribuição.	LDO 2021 - Lei Municipal 1.252/2020  Leis Municipais 1.271/2021 e 1.289/2021
2.2.6	Renúncia de receitas - Resultados	CRFB/88, art. 37. /Legislação Específica .	Avaliar se os resultados obtidos em decorrência da renúncia de receitas, sob o aspecto sócio-econômico, atenderem às justificativas apresentadas para sua concessão, as metas resultados esperados consignados nas leis que autorizaram os incentivos, bem como, se atenderam os princípios aplicáveis à administração pública consagrados no artigo 37 da CRFB/88.	LDO 2021 - Lei Municipal 1.252/2020  Leis Municipais 1.271/2021 e 1.289/2021
2.2.7	Renúncia de receitas - avaliação dos projetos	LC 101/2000, art. 1º, § 1º. / Legislação Específica .	Avaliar se os projetos ou atividades beneficiadas com incentivos fiscais estão sendo objeto de acompanhamento, avaliação de resultados e benefícios esperados em face das justificativas apresentadas para sua concessão.	LDO 2021 - Lei Municipal 1.252/2020  Leis Municipais 1.271/2021 e 1.289/2021



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FUNDÃO**  
CONTROLADORIA GERAL

2.2.8	Despesa pública - criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa - estimativa de impacto Orçamentário financeiro .	LC 101/2000, art. 16.	Havendo criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental com consequente aumento da despesa, avaliar se os atos foram acompanhados de estimativa do impacto orçamentário financeiro no exercício e nos dois subsequentes e se foram acompanhados por declaração do ordenador de despesas de que o aumento acarretado teve adequação e compatibilidade orçamentária e financeira com a LOA, com o PPA e com a LDO.	Leis promulgadas no exercício de 2021  Leis 1.263/2021 1.265/2021
2.2.9	Despesa pública - criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa - afetação das metas fiscais.	LC 101/2000, art. 17, § 3º.	Havendo criação, expansão ou aperfeiçoamento de despesas de caráter continuado, avaliar se foram observadas as condições previstas no artigo 17, § 1º da LRF e se os efeitos financeiros decorrentes do ato praticado não afetarão as metas fiscais dos exercícios seguintes e serão compensados por aumento permanente de receitas ou pela redução permanente de despesas.	Leis promulgadas no exercício de 2021  Leis 1.263/2021 1.265/2021
2.2.11	Execução de despesas - créditos Orçamentários	CRFB/88, art. 167, II.	Avaliar se houve realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excederam os créditos orçamentários ou Adicionais.	LOA 2021 - Lei Municipal 1.261/2020  Relatório de Créditos Adicionais do sistema contábil
2.2.13	Créditos adicionais - autorização	CRFB/88, art. 167, inciso V, c/c	Avaliar se houve abertura de crédito adicional suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e	Balancete de Verificação  LOA 2021 - Lei Municipal



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FUNDÃO**  
CONTROLADORIA GERAL

	legislativa para abertura	art. 43 da Lei nº 4.320/64.	sem indicação dos recursos Correspondentes.	1.261/2020  Leis promulgadas no exercício de 2021, para abertura de crédito especial: Lei 1.272/2021 Lei 1.277/2021 Lei 1.285/2021 Lei 1.298/2021 Lei 1.304/2021 Lei 1.307/2021 Lei 1.323/2021
2.2.14	Créditos adicionais - decreto executivo	Lei nº 4.320/1964, Art. 42.	Avaliar se os créditos adicionais (suplementares ou especiais) autorizados por lei foram abertos mediante edição de decreto executivo.	LOA 2021 - Lei Municipal 1.261/2020  Relatório de Créditos Adicionais do sistema contábil  Atos promulgados pelo executivo municipal
2.2.15	Créditos orçamentários - transposição, remanejamento e Transferências	CRFB/88, art. 167, inciso VI.	Avaliar se houve a transposição, remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa.	LOA 2021 - Lei Municipal 1.261/2020  Relatório de Créditos Adicionais do sistema contábil  Atos promulgados pelo executivo municipal



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FUNDÃO**  
CONTROLADORIA GERAL

2.2.16	Autorização o orçamentária para cobertura de Déficit	CRFB/88, art. 167, inciso VIII.	Avaliar se houve utilização, sem autorização legislativa específica, de recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social para suprir necessidade ou cobrir déficit de empresas, fundações e fundos, inclusive dos mencionados no art. 165, § 5º da CRFB/88.	LOA 2021 - Lei Municipal 1.261/2020
2.2.17	Autorização o legislativa para instituição de fundos de qualquer Natureza	CRFB/88, art. 167, inciso IX.	Avaliar se houve instituição de fundos de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa.	Atos promulgados pelo executivo municipal
2.2.19	Créditos extraordinários - Abertura	CRFB/88, art. 167, § 3º.	Avaliar se houve abertura de crédito extraordinário para realização de despesas que não atenderam situações imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública, observado o disposto no art. 62 da CRFB/88.	Relatório de Créditos Adicionais do sistema contábil  Atos promulgados pelo executivo municipal
2.2.20	Execução da programação financeira de Desembolso .	LC 101/2000, art. 8º. / Legislação específica - LOA.	Avaliar a execução da programação financeira de desembolso e o seu comportamento em relação à previsão, bem como, se for o caso, as razões determinantes do déficit financeiro.	Balancete da Execução Orçamentária - Receita e Despesa  Balanço Patrimonial Consolidado
2.2.21	Transparência na gestão - instrumentos de planejamento e demonstrativos fiscais	LC 101/2000, art. 48 e arts. 52 a 58 da LRF.	Avaliar se foi dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, aos seguintes instrumentos: PPA, LDO, LOA, Prestações de Contas Mensais e Anual, RREO e RGF, Pareceres Prévios emitidos por Órgão de Controle Interno e Externo, dentre outros. Avaliar,	Sítio eletrônico do município  Portal da Transparência do Município  Diário Oficial dos Municípios



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FUNDÃO**  
CONTROLADORIA GERAL

			inclusive, se foram observadas as disposições contidas nos artigos 52 a 58 da LRF.	
2.2.22	Transparência na gestão - execução Orçamentária	LC 101/2000, art. 48 e arts. 52 a 58 da LRF.	Avaliar se foi objeto de divulgação, em tempo real, de informações pormenorizadas da execução orçamentária e financeira, observadas as disposições contidas no artigo 48-A da LRF.	Sítio eletrônico do município  Portal da Transparência do Município
2.2.23	Transparência na gestão - prestação de contas	LC 101/2000, art. 49.	Avaliar se as contas do chefe do Poder Executivo ficaram disponíveis, durante todo o exercício, no respectivo Poder Legislativo e no órgão técnico responsável pela sua elaboração, para consulta e apreciação pelos cidadãos e instituições da Sociedade.	Sítio eletrônico do município  Portal da Transparência do Município
2.2.25	Relatório Resumido da Execução Orçamentária e Relatório de Gestão Fiscal - elaboração	LC 101/2000, arts. 52 a 55. Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF)	Avaliar se os demonstrativos fiscais que integram o RREO e o RGF foram elaborados em observância às normas editadas pela Secretaria do Tesouro Nacional.	Anexos RGF e RREO Publicações no Diário Oficial dos Municípios
2.2.26	Limitação para custeio de despesas	LC 101/2000, art. 62.	Avaliar se o Município contribuiu para o custeio de despesas de competência de outros entes da Federação sem observar o que dispõe o artigo 62 da LRF.	LDO 2021 - Lei Municipal 1.252/2020  LOA 2021 - Lei Municipal 1.261/2020  Balancete da Despesa Consolidado e Balancete de Verificação
2.2.27	Concessão de privilégios fiscais	CRFB/88, art. 173, § 2º.	Avaliar se houve concessão de privilégios fiscais para empresas públicas ou sociedades de economia	LDO 2021 - Lei Municipal 1.252/2020



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FUNDÃO**  
CONTROLADORIA GERAL

	para empresas públicas ou sociedades de economia mista		mista não extensivos ao setor privado.	LOA 2021 - Lei Municipal 1.261/2020  Balancete da Despesa Consolidado e Balancete de Verificação
2.2.29	Déficit orçamentário - medidas de contenção	LC 101/2000, art. 9º.	Avaliar se foram expedidos atos de limitação de empenho e movimentação financeira, nos casos e condições estabelecidas em lei, com vistas à contenção de déficit orçamentário e financeiro.	LDO 2021 - Lei Municipal 1.252/2020  Anexo I e Anexo VI do RREO
<b>2.3. Gestão patrimonial</b>				
2.3.3	Evidenciação de resultados - Consolidação	Lei 4.320/1964, art. 85 / LC 101/2000, arts. 50 e 51 / Portarias STN nº 72 e 437/2012.	Verificar se os demonstrativos contábeis consolidam a execução orçamentária, financeira e patrimonial das unidades gestoras que integram o ente da federação, inclusive estatais dependentes e consórcios públicos.	Balancetes da Receita e Despesa  Balanço Patrimonial
<b>2.4. Limites constitucionais e legais</b>				
2.4.2	Dívida pública - precatórios - integração na dívida Consolidada	LC 101/2000, art. 30, § 7º.	Avaliar se os precatórios judiciais não pagos durante a execução do orçamento que nele foram incluídos integram a dívida consolidada, para fins de aplicação dos limites estabelecidos pela Resolução nº 40/2001 do Senado Federal.	Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida  Consulta ao TJES
2.4.4	Dívida pública - evidenciação no RGF	Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, art. 4º, inciso III.	Nos casos em que a dívida consolidada líquida do Estado/Município ultrapassou o limite e o valor excedente está sendo reduzido na forma do inciso I, do artigo 4º, avaliar se o limite	Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FUNDÃO**  
CONTROLADORIA GERAL

			apurado anualmente, após a aplicação da redução de 1/15 (um quinze avo) está sendo registrado no Relatório de Gestão Fiscal a que se refere o art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 2000.	
2.4.5	Dívida pública - extrapolação de limite no decorrer da execução orçamentária - redução do valor excedente	Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, art. 4º, inciso IV, alínea b.	Avaliar se o Estado/Município, mesmo não apresentando, no exercício de 2001, dívida consolidada líquida superior aos limites estabelecidos nos incisos I e II, do artigo 3º, nos exercícios subsequentes a 2001 incorreram no descumprimento desses limites. Em caso positivo, avaliar se a regra do inciso I, do artigo 4º, está sendo aplicada a partir do exercício que ocorreu o descumprimento.	Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida
2.4.6	Operação de crédito - instituição o financeira Controlada	LC 101/2000, art. 36.	Avaliar se o Estado/Município realizou operação de crédito com instituição financeira estatal sob seu controle, na qualidade de beneficiário do empréstimo.	Demonstrativo das Receitas de Operação de Crédito e Despesas de Capital  Balanço Patrimonial e Orçamentário
2.4.7	Operação de crédito - instituição o financeira Controlada		Avaliar se foi realizada contratação de operação de crédito em que seja prestada garantia ao Estado/Município por instituição financeira por ele controlada.	Demonstrativo das Receitas de Operação de Crédito e Despesas de Capital  Balanço Patrimonial e Orçamentário
2.4.8	Operação de crédito - Vedações	Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, art. 5º.	Avaliar se o Estado/Município contratou operação de crédito no exercício, estando impossibilitado de realizar tal operação em decorrência do descumprimento da	Demonstrativo das Receitas de Operação de Crédito e Despesas de Capital  Balanço



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FUNDÃO**  
CONTROLADORIA GERAL

			regra estabelecida pelo artigo 4º da Resolução nº 40/2001 do Senado Federal.	Patrimonial e Orçamentário
2.4.9	Operação de crédito - Vedações	Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, art. 5º.	Avaliar se o Estado/Município incorreu em qualquer das vedações previstas no artigo 5º, da Resolução nº 43/2001, do Senado Federal.	Demonstrativo das Receitas de Operação de Crédito e Despesas de Capital  Balanço Patrimonial e Orçamentário
2.4.10	Operação de crédito - despesas de Capital	CRFB/88, art. 167, inciso III.	Avaliar se houve realização de operações de crédito em valor superior ao montante das despesas de capital, apurado na forma estabelecida pelo artigo 6º, da Resolução nº 43/2001 do Senado Federal.	Demonstrativo das Receitas de Operação de Crédito e Despesas de Capital  Balanço Patrimonial e Orçamentário
2.4.11	Operação de crédito - limite Global	Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, art. 7º, inciso I.	Avaliar se o montante global das operações de crédito realizadas pelo Estado/Município no exercício financeiro ultrapassou o limite de 16% (dezesesseis por cento) da receita corrente líquida.	Demonstrativo das Receitas de Operação de Crédito e Despesas de Capital  Balanço Patrimonial e Orçamentário
2.4.12	Operação de crédito - limite para amortizações, juros e mais encargos	Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, art. 7º, inciso II.	Avaliar se o comprometimento anual com amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada, inclusive relativos a valores a desembolsar de operações de crédito já contratadas e a contratar, não excedeu a 11,5% (onze inteiros e cinco décimos por cento) da receita corrente líquida.	Demonstrativo das Receitas de Operação de Crédito e Despesas de Capital  Balanço Patrimonial e Orçamentário
2.4.13	Operação de crédito - concessão de garantias	LC 101/2000, art. 40.	Avaliar se houve concessão de garantias pelo Estado/Município a operações de crédito interno e externo. Existindo, verificar se	Demonstrativo das Receitas de Operação de Crédito e Despesas de Capital



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FUNDÃO**  
CONTROLADORIA GERAL

	e Contragaran- tias		foram observadas as condições estabelecidas no artigo 40 da LRF.	Balanço Patrimonial e Orçamentário
2.4.14	Operação de crédito - concessão de garantias e contragaran- tias	Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, Art. 18.	Avaliar se as exigências contidas no artigo 18, da Resolução nº 43/2001 do Senado Federal foram Observadas.	Demonstrativo das Receitas de Operação de Crédito e Despesas de Capital  Balanço Patrimonial e Orçamentário
2.4.15	Operação de crédito - concessão de garantias e contragaran- tias - Limite	Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, art. 9º.	Avaliar se o saldo global das garantias concedidas pelo Estado/Município não excedeu a 22% (vinte e dois por cento) da receita corrente líquida	Demonstrativo das Receitas de Operação de Crédito e Despesas de Capital  Balanço Patrimonial e Orçamentário
2.4.16	Operação de crédito - cláusulas contratuais vedadas	Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, Art. 20.	Avaliar se foram incluídas cláusulas vedadas pelo artigo 20, da Resolução nº 43/2001 do Senado Federal nos contratos relativos a operações de crédito firmados pelo Estado/Município.	Demonstrativo das Receitas de Operação de Crédito e Despesas de Capital  Balanço Patrimonial e Orçamentário
2.4.17	Operação de crédito por antecipação de receita orçamentária - exigências para Contratação	LC 101/2000, art. 38, incisos I, II e III.	Avaliar se houve contratação de operação de crédito por antecipação de receita orçamentária no exercício. Existindo, avaliar se foram observadas as exigências contidas nos incisos I, II e III, do artigo 38 da LRF.	Demonstrativo das Receitas de Operação de Crédito e Despesas de Capital  Balanço Patrimonial e Orçamentário
2.4.18	Operação de crédito por antecipação de	LC 101/2000, art. 38, inciso IV.	Avaliar se houve contratação de operação de crédito por antecipação de receita orçamentária no exercício nas situações vedadas pelo inciso	Demonstrativo das Receitas de Operação de Crédito e Despesas de Capital



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FUNDÃO**  
CONTROLADORIA GERAL

	receita orçamentária - vedações		IV, do art. 38, da LRF.	Balanco Patrimonial e Orçamentário
<b>2.5 Gestão Previdenciária</b>				
2.5.2	Base de cálculo de contribuições - RPPS	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º.	Verificar a existência de uma base de contribuição regulamentada no ente e se contribuições previdenciárias estão sendo calculadas e retidas respeitando essa base de cálculo.	Art.21 da Lei Municipal nº.821/2019. Extrato de Folha de Pagamento competências 01, 05 e 10/2021. Resumo das folhas de pagamento ano de 2021 (mês a mês)
2.5.3	Alíquota de contribuição - Fixação	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998, arts. 1º e 3º.	Verificar se as alíquotas de contribuição vigentes na legislação local estão compatíveis com a legislação previdenciária.	Extrato de Folha de Pagamento competências 01, 05 e 10/2021. Resumo das folhas de pagamento ano de 2021 (mês a mês)
2.5.8	Controle informatizado e individualizado das contribuições dos servidores do ente	Lei 9717/1998, art. 1º, VII. Portaria MPS 402/2008, 18	Verificar se o ente federativo mantém registro individualizado dos segurados do RPPS, contendo as informações mínimas exigidas pelo Ministério da Previdência Social.	Indagação oral
2.5.9	Disponibilização do registro individualizado ao segurado	Lei 9717/1998, art. 1º, VII. Portaria MPS 402/2008, 18	Verificar se o ente federativo disponibiliza aos seus segurados as informações constantes de seu registro individualizado.	Indagação oral. Sítio eletrônico da Prefeitura. Sítio eletrônico da Câmara Municipal. Sítio



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FUNDÃO**  
CONTROLADORIA GERAL

				eletrônico do IPRESF.
--	--	--	--	--------------------------

## **1.2. Constatações e proposições**

Acerca dos itens selecionados para análise, expostos na tabela acima, abordamos os seguintes achados e proposições:

1.1.1 - A receita prevista para o município de Fundão foi de R\$ 66.935.000,00 (sessenta e seis milhões, novecentos e trinta e cinco reais). Arrecadou-se para o ente o total de R\$ 104.060.511,20 (cento e quatro milhões, sessenta mil, quinhentos e onze reais, e vinte centavos), resultando num superávit de arrecadação de R\$ 37.125.511,20 (trinta e sete milhões, cento e vinte cinco mil, quinhentos e onze mil, e vinte centavos). Quanto as ações voltadas ao setor de tributação, afirma-se que o setor tributário tem passado por constantes mudanças na busca de melhorias. O secretário de finanças afirma ter notificado cerca de 8 mil contribuintes para regularizarem seus débitos com o município. No entanto, os relatórios emitidos de dívida ativa em cobrança judicial e lançadas para protesto em cartório encontram-se em branco. Ao analisar os Balanços Orçamentários de 2020 e 2021, nota-se um aumento de 31,00% em relação ao exercício anterior nas receitas de Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria, evidenciando que a cobrança foi efetiva em recolher os impostos. Entendemos que se encontra regular o ponto analisado;



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FUNDÃO**  
CONTROLADORIA GERAL

1.1.3 - Os repasses financeiros para o Poder Legislativo somaram o total de R\$ 2.539.353,84 (Dois milhões, quinhentos e trinta e nove mil, trezentos e cinquenta e três reais, e oitenta e quatro centavos). Os pagamentos foram efetuados com base no art. 29-A da CF 88, e foram realizados antes do dia 20 de cada mês. Entendemos que se encontra regular o ponto analisado;

1.2.14 - Conforme o Relatório de Avaliação Atuarial, o município possui um déficit atuarial no valor de R\$ 47.287.592,92. Com isso, o ente possui como medidas de compensação o Plano de amortização do déficit atuarial, instituída pela Lei Municipal 1.255/2020. Entendemos que se encontra regular o ponto analisado;

1.4.1 - O município cumpriu com o mínimo em educação, atingindo 25,71% de aplicação em MDE, sobre a Receita de Impostos. Entendemos que se encontra regular o ponto analisado;

1.4.2 - O município cumpriu com o mínimo do Fundeb no pagamento dos profissionais do magistério, atingindo 75,01%. Entendemos que se encontra regular o ponto analisado;

1.4.4 - O município cumpriu com o mínimo em saúde, atingindo 25,61% com despesas aplicadas em Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS). Entendemos que se encontra regular o ponto analisado;

1.4.6 - Não há na esfera municipal despesa de pessoal decorrente de contratação terceirizada ou contratada de forma



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FUNDÃO**  
CONTROLADORIA GERAL

indireta, conforme o artigo 18 § 1º da LC 101/2000.

Entendemos que se encontra regular o ponto analisado;

1.4.7 - Os limites de despesa com pessoal estabelecidos nos artigos 19 e 20 da LRF foram observados, atingindo os seguintes percentuais: 36,72% no consolidado, 34,37% no Executivo e 2,35% no Legislativo. Entendemos que se encontra regular o ponto analisado;

1.4.8 - Não foram praticados atos que provocassem aumento de despesa com pessoal sem considerar o disposto nos incisos I e II, do artigo 21, da LC 101/2000. Entendemos que se encontra regular o ponto analisado;

1.4.9 - Não foram praticados atos que provocassem aumento de despesa com pessoal que ferissem o artigo 21, parágrafo único, da LC 101/2000. Entendemos que se encontra regular o ponto analisado;

1.4.10 - As despesas totais com pessoal não excederam 95% do limite máximo permitido. Entendemos que se encontra regular o ponto analisado;

1.4.11 - As despesas totais com pessoal não excederam os limites estabelecidos no artigo 20 da LC 101/2000. Entendemos que se encontra regular o ponto analisado;

1.4.12 - As Leis 1.263/2021 e 1.292/2021, promulgadas no exercício de 2021 constam o impacto financeiro-orçamentário. Entendemos que se encontra regular o ponto analisado;

1.4.14 - Os repasses financeiros para o Poder Legislativo somaram o total de R\$ 2.539.353,84 (Dois milhões, quinhentos e trinta e nove mil, trezentos e cinquenta e



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FUNDÃO**  
CONTROLADORIA GERAL

três reais, e oitenta e quatro centavos). Os pagamentos foram efetuados com base no art. 29-A da CF 88, e foram realizados antes do dia 20 de cada mês. Entendemos que se encontra regular o ponto analisado;

1.4.15 - O município cumpriu com o limite estabelecido da Dívida Consolidada Líquida, atingindo o total de R\$ 8,11% da Receita Corrente Líquida. Entendemos que se encontra regular o ponto analisado;

1.4.16 - A esfera municipal não realizou operações de crédito no ano de 2021, como se comprova conforme o Anexo 4 do RGF. Entendemos que se encontra regular o ponto analisado;

2.1.1 - As diretrizes, objetivos e metas estabelecidas na LDO estão compatíveis com PPA do exercício de 2021. Entendemos que se encontra regular o ponto analisado;

2.1.2 - A LDO aprovada para o exercício de 2021 estabelecem critérios e formas de limitação de empenho. Entendemos que se encontra regular o ponto analisado;

2.1.3 - A LDO contém dispositivo estabelecendo normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos. Entendemos que se encontra regular o ponto analisado;

2.1.4 - A LDO contém dispositivo estabelecendo condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e Privadas. Entendemos que se encontra regular o ponto analisado;



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FUNDÃO**  
CONTROLADORIA GERAL

2.1.5 - A LDO contém Anexo de Metas Fiscais, que estabelecem as metas anuais relativas a receitas e despesas, resultados nominal e primário, montante da dívida pública, dentre outras informações, na forma estabelecida pela LRF. Entendemos que se encontra regular o ponto analisado;

2.1.6 - O Anexo de Metas Fiscais está de acordo com o disposto no Manual de Demonstrativos Fiscais/STN. Entendemos que se encontra regular o ponto analisado;

2.1.7 - A LDO contém Anexo de Riscos Fiscais, que avaliam os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, além de conter informações sobre as providências a serem adotadas, caso esses passivos e riscos se concretizem. Entendemos que se encontra regular o ponto analisado;

2.1.8 - O Anexo de Riscos Fiscais está de acordo com o disposto no Manual de Demonstrativos Fiscais/STN. Entendemos que se encontra regular o ponto analisado;

2.1.9 - Não foram disponibilizados aos demais poderes e o Ministério Público, com no mínimo trinta dias antes do prazo final para encaminhamento de suas propostas orçamentárias, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente. Entendemos que se encontra regular o ponto analisado, com a ressalva de que seja encaminhado aos demais poderes e o Ministério Público as informações citadas;



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FUNDÃO**  
CONTROLADORIA GERAL

2.1.10 - Os programas de governo, projetos e atividades previstas na LOA estão compatíveis com a LDO e o PPA. Entendemos que se encontra regular o ponto analisado;

2.1.11 - A LOA aprovada para o exercício de 2021 contempla os valores estabelecido no Anexo de Metas Fiscais, estabelecidos na LDO do exercício. Entendemos que se encontra regular o ponto analisado;

2.1.12 - Não houve previsão legal para renúncia de receita no exercício de 2021, nem na LDO (Lei 1.252/2020), tampouco na LOA (Lei 1.261/2020). Entendemos que se encontra regular o ponto analisado;

2.1.13 - A LOA contempla dotação orçamentária para a reserva de contingência, conforme estabelece o Art. 15 da LDO. Entendemos que se encontra regular o ponto analisado;

2.1.14 - Houve previsão na LDO e a inclusão de dotação na LOA para pagamentos de sentenças judiciais. Entendemos que se encontra regular o ponto analisado;

2.1.15 - A LOA foi aprovada vinculando as dotações as respectivas fontes de recursos. Entendemos que se encontra regular o ponto analisado;

2.1.16 - Não fora promulgado ato que estabelecesse a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso. Entendemos que se encontra regular o ponto analisado, com a ressalva que se atenda ao disposto nos próximos exercícios;

2.1.17 - Foram realizadas audiências públicas para elaboração e discussão do PPA, no entanto não foram realizadas audiências para a LDO e LOA. Entendemos que se



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FUNDÃO**  
CONTROLADORIA GERAL

encontra regular o ponto analisado, com a ressalva que se atenda ao disposto nos próximos exercícios;

2.2.1 - As metas fiscais estabelecidas na LDO não foram descumpridas, conforme o Anexo 6 do RREO. Entendemos que se encontra regular o ponto analisado;

2.2.2 - Estão em conformidade a previsão e a arrecadação dos tributos de competência do ente municipal. Entendemos que se encontra regular o ponto analisado;

2.2.3 - As leis municipais 1.271/2021 e 1.289/2021, promulgadas no exercício de 2021, que compreendem renúncia de receita, NÃO obedeceram o disposto no Art. 20 da LDO, e nem o Art. 14 da LRF.

2.2.4 - As leis municipais 1.271/2021 e 1.289/2021, promulgadas no exercício de 2021, que compreendem renúncia de receita, NÃO obedeceram o disposto no Art. 20 da LDO, e nem o Art. 14 da LRF.

2.2.5 - As leis municipais 1.271/2021 e 1.289/2021, promulgadas no exercício de 2021, que compreendem renúncia de receita, NÃO obedeceram o disposto no Art. 20 da LDO, e nem o Art. 14 da LRF.

2.2.6 - A Lei Municipal 1.289/2021 só entrou em vigor a partir de 01/01/2022, e por isso não é possível auferir os resultados da mesma. Quanto a Lei Municipal 1.252/2021, por não ter obedecido aos preceitos do Art. 14 da LRF, não é possível avaliar os resultados da mesma.

2.2.7 - A Lei Municipal 1.289/2021 só entrou em vigor a partir de 01/01/2022, e por isso não é possível auferir os resultados da mesma. Quanto a Lei Municipal 1.252/2021, por



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FUNDÃO**  
CONTROLADORIA GERAL

não ter obedecido aos preceitos do Art. 14 da LRF, não é possível avaliar os resultados da mesma.

2.2.8 - As leis municipais 1.263/2021 e 1.265/2021 contém o impacto orçamentário para o ano corrente, e os dois subsequentes. Não há manifestação do ordenador quanto a compatibilidade orçamentária e financeira com a LOA, com o PPA e a LDO. Entendemos que se encontra regular o ponto analisado, com a ressalva que se atenda ao disposto nos próximos exercícios;

2.2.9 - As leis municipais 1.263/2021 e 1.265/2021 contém o impacto orçamentário para o ano corrente, e os dois subsequentes. Não há manifestação do ordenador quanto a compatibilidade orçamentária e financeira com a LOA, com o PPA e a LDO. Entendemos que se encontra regular o ponto analisado, com a ressalva que se atenda ao disposto nos próximos exercícios;

2.2.11 - Os créditos adicionais efetuados pelo ente municipal estiveram dentro dos limites propostos pela LOA/2020. Entendemos que se encontra regular o ponto analisado;

2.2.13 - Não houve abertura de decretos sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes. Entendemos que se encontra regular o ponto analisado;

2.2.14 - Os créditos adicionais (suplementares ou especiais) autorizados por lei foram abertos mediante edição de decreto executivo. Entendemos que se encontra regular o ponto analisado;



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FUNDÃO**  
CONTROLADORIA GERAL

2.2.15 - A transposição, o remanejamento e/ou a transferência de recursos ocorreu em conformidade com a autorização legislativa vigente. Entendemos que se encontra regular o ponto analisado;

2.2.16 - Não houve no exercício de 2021 utilização de recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social para suprir necessidade e/ou cobrir déficit de empresas, fundações e fundos. Entendemos que se encontra regular o ponto analisado;

2.2.17 - Os fundos criados em 2021 foram criados mediante promulgação das seguintes leis: Lei 1.267/2021; Lei 1.284/2021 e Lei 1.287/2021. Entendemos que se encontra regular o ponto analisado;

2.2.19 - Não foram abertos créditos extraordinários no exercício de 2021. Entendemos que se encontra regular o ponto analisado;

2.2.20 - Total da Receita Arrecadada: R\$ 104.161.179,83 / Total da Despesa Empenhada: R\$ 80.445.643,66. A programação financeira se comportou dentro da receita arrecadada, não havendo déficit financeiro no exercício. Além do mais, o Balanço Patrimonial apurou R\$ 46.056.204,72 de superávit financeiro. Entendemos que se encontra regular o ponto analisado;

2.2.21 - O sítio oficial do Poder Executivo dispõe de algumas publicações, mas o mesmo está incompleto e carece de ser atualizado. Entendemos que se encontra regular o ponto analisado, com a ressalva que se atenda ao disposto o quanto antes;



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FUNDÃO**  
CONTROLADORIA GERAL

2.2.22 - O ente municipal cumpriu com o requisito do artigo 48-A da LRF e divulgou as informações pormenorizadas da execução orçamentária e financeira. Entendemos que se encontra regular o ponto analisado;

2.2.23 - Estão disponíveis no Portal de Transparência Municipal os relatórios referente a Prestação de Contas do Poder Executivo. Entendemos que se encontra regular o ponto analisado;

2.2.25 - Os relatórios referente ao RREO e RGF estão em conformidade com as normas da Secretaria de Tesouro Nacional. Entendemos que se encontra regular o ponto analisado;

2.2.26 - O município não contribuiu com o custeio de despesas de competência de outros entes da Federação. Entendemos que se encontra regular o ponto analisado;

2.2.27 - Não houve no exercício de 2021 concessão de privilégios fiscais para empresas públicas ou sociedades de economia mista. Entendemos que se encontra regular o ponto analisado;

2.2.29 - Não houve déficit orçamentário e financeiro no exercício de 2021, e as metas fiscais estabelecidas na LDO foram cumpridas. Entendemos que se encontra regular o ponto analisado;

2.3.3 - O ente municipal, através dos seus demonstrativos contábeis, consolidou a execução orçamentária, financeira e patrimonial das unidades gestores que o integram. Entendemos que se encontra regular o ponto analisado;



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FUNDÃO**  
CONTROLADORIA GERAL

2.4.2 - Não há no Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida registro acerca do precatório constante no Tribunal de Justiça do Espírito Santo, conforme Precatório N.º 00290010220218080000 e Processo N.º 00003279020058080059. Entendemos que se encontra regular o ponto analisado, com a ressalva de que seja efetuado o registro;

2.4.4 - A dívida consolidada líquida não excedeu o limite estabelecido. Entendemos que se encontra regular o ponto analisado;

2.4.5 - A dívida consolidada líquida não excedeu o limite estabelecido. Entendemos que se encontra regular o ponto analisado;

2.4.6 - O ente não realizou operações de crédito no ano de 2021, conforme constatado nas demonstrações contábeis. Entendemos que se encontra regular o ponto analisado;

2.4.7 - O ente não realizou operações de crédito no ano de 2021, conforme constatado nas demonstrações contábeis. Entendemos que se encontra regular o ponto analisado;

2.4.8 - O ente não realizou operações de crédito no ano de 2021, conforme constatado nas demonstrações contábeis. Entendemos que se encontra regular o ponto analisado;

2.4.9 - O ente não realizou operações de crédito no ano de 2021, conforme constatado nas demonstrações contábeis. Entendemos que se encontra regular o ponto analisado;

2.4.10 - O ente não realizou operações de crédito no ano de 2021, conforme constatado nas demonstrações contábeis. Entendemos que se encontra regular o ponto analisado;



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FUNDÃO**  
CONTROLADORIA GERAL

2.4.11 - O ente não realizou operações de crédito no ano de 2021, conforme constatado nas demonstrações contábeis. Entendemos que se encontra regular o ponto analisado;

2.4.12 - O ente não realizou operações de crédito no ano de 2021, conforme constatado nas demonstrações contábeis. Entendemos que se encontra regular o ponto analisado;

2.4.13 - O ente não realizou operações de crédito no ano de 2021, conforme constatado nas demonstrações contábeis. Entendemos que se encontra regular o ponto analisado;

2.4.14 - O ente não realizou operações de crédito no ano de 2021, conforme constatado nas demonstrações contábeis. Entendemos que se encontra regular o ponto analisado;

2.4.15 - O ente não realizou operações de crédito no ano de 2021, conforme constatado nas demonstrações contábeis. Entendemos que se encontra regular o ponto analisado;

2.4.16 - O ente não realizou operações de crédito no ano de 2021, conforme constatado nas demonstrações contábeis. Entendemos que se encontra regular o ponto analisado;

2.4.17 - O ente não realizou operações de crédito no ano de 2021, conforme constatado nas demonstrações contábeis. Entendemos que se encontra regular o ponto analisado;

2.4.18 - O ente não realizou operações de crédito no ano de 2021, conforme constatado nas demonstrações contábeis. Entendemos que se encontra regular o ponto analisado;

2.5.2 - A base de cálculo de contribuição do RPPS do município de Fundão é regulamentada por meio do art.19 da Lei Municipal 821/2019. Para verificação das retenções, verificamos resumo dos eventos da folha de pagamento



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FUNDÃO**  
CONTROLADORIA GERAL

referente ao ano de 2021, e efetuamos o recálculo com base no artigo mencionado nos meses de JAN, MAIO e OUTUBRO/2021. O recalcule realizado aponta que o Município tem seguido a base determinada em Lei para realizar as retenções, bem como para realizar o pagamento das obrigações patronais. Entendemos que se encontra regular o ponto analisado;

2.5.3 - Os arts. 23 e 24 da Lei Municipal 821/2012 fixam contribuições de 14% para os servidores ativos, 14% para os servidores inativos, sobre a parcela que exceda o limite máximo de benefícios do RGPS, bem como fixa contribuição patronal de 22%. Tais alíquotas respeitam a alínea "a", II, do art.2º. da Portaria SEPRT/ME n.º 1.348/2019. Entendemos que se encontra regular o ponto analisado;

2.5.8 - A Prefeitura Municipal e suas Unidades Gestoras não mantêm registro individualizado dos segurados do RPPS contendo as informações mínimas previstas no art.18 da Portaria MPS 402/2008. Entendemos que se encontra regular o ponto analisado, com a ressalva de que sejam criados procedimentos norteadores visando o fortalecimento dos sistemas de controle; e

2.5.9 - A Prefeitura Municipal e suas Unidades Gestoras não possui mecanismo para disponibilizar aos segurados as informações do seu registro individualizado. Entendemos que se encontra regular o ponto analisado, com a ressalva de que sejam criados procedimentos norteadores visando o fortalecimento dos sistemas de controle.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FUNDÃO**  
CONTROLADORIA GERAL

### **1.3. Da Gestão Orçamentária, Financeira, Patrimonial e Fiscal**

Este tópico tem por objetivo abordar sobre a gestão orçamentária e fiscal do ente, abordando as avaliações sobre o cumprimento dos limites constitucionais e da gestão fiscal; avaliações sobre a inscrição, baixa e cobrança da dívida ativa tributária e não tributária; avaliações sobre a gestão dos precatórios e da dívida flutuante e fundada; avaliações sobre o desempenho dos principais programas governamentais no exercício; e outros assuntos relevantes.

#### **1.3.1 Gestão Orçamentária**

- **Instrumentos de Planejamento**

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), Lei 1.252/2020, elaborada nos termos do § 2º, do art. 165 da CF/88, compreendendo as metas e prioridades do município, dispôs sobre a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA), definindo os programas prioritários de governo e estabelecendo, dentre outras diretrizes, os riscos e metas fiscais a serem observados na execução orçamentária.

Por sua vez, a Lei Orçamentária Anual do município, Lei 1.261/2020, estimou a receita em R\$ 66.935.000,00 e fixou a despesa em R\$ 66.935.000,00 para o exercício em análise, admitindo a abertura de créditos adicionais suplementares: i) por anulação de dotações até o limite de 50% (cinquenta por cento) do total do orçamento da despesa;



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FUNDÃO**  
CONTROLADORIA GERAL

ii) por excesso de arrecadação até o limite de 20% (vinte por cento); e iii) por superávit financeiro até o limite de 15% (quinze por cento) do total apurado no balanço patrimonial do exercício anterior, conforme o art. 6º da LOA.

Ficaram excluídos do limite os créditos adicionais suplementares: i) destinados a suprir insuficiências nas dotações de pessoal e encargos, de acordo com o estabelecido no Art. 66, parágrafo único, da Lei Federal 4.320, de 1964, mediante a utilização de recursos provenientes da anulação de dotações consignadas no mesmo grupo de despesa; ii) as suplementações efetuadas entre elementos de despesa pertencentes à mesma Categoria Econômica e à mesma Unidade Gestora ou Órgão; iii) entre fontes de recursos diferentes de uma mesma dotação orçamentária; iv) inclusão de novas fontes de recursos em uma dotação orçamentária já existente no orçamento visando atender as despesas provenientes de receitas de convênio ou de outras origens decorrentes da execução orçamentária; e v) destinados a suprir insuficiências nas dotações referentes à amortização e encargos da dívida pública, conforme o art. 7º da LOA.

#### **EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

- **Autorizações da Despesa Orçamentária**

Constatou-se que, no decorrer da execução orçamentária, ocorreu abertura de créditos adicionais, conforme demonstrado:



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FUNDÃO**  
CONTROLADORIA GERAL

Tabela 01 - Créditos adicionais abertos no exercício	Em R\$ 1,00	
	Total	Limite Fixado em Lei
Anulação de Reserva de Contingência	R\$ 400.000,00	Não há limite
Anulação Parcial ou Total de Dotações Orçamentárias	R\$ 23.363.344,74	R\$ 33.467.500,00
Excesso de Arrecadação	R\$ 15.119.883,01	R\$ 13.387.000,00
Recursos de Convênios (PC TC-028/2004)	R\$ 3.160.278,13	Não há limite
Superávit Financeiro	R\$ 3.168.888,94	R\$ 10.040.250,00
<b>Total</b>	<b>R\$ 45.212.394,82</b>	<b>R\$ 66.935.000,00</b>

Fonte: DEMCAD Consolidado gerado pelo sistema CIDADES/TCEES

Como observado, os créditos adicionais abertos referentes a Anulação Parcial ou Total de Dotações Orçamentárias e ao Superávit Financeiro obedeceram aos limites estabelecidos no art. 6º da Lei 1.261/2020, sendo que, na forma do inciso II, do mesmo artigo, o limite estipulado para a abertura de crédito adicional usando como fonte o Excesso de arrecadação é de 20%, correspondendo a R\$ 13.387.000,00 da Receita Orçada. No entanto, foram abertos créditos adicionais no total de R\$ 15.119.883,01, totalizando R\$ 1.732.883,01 de créditos adicionais abertos sem autorização legislativa.

• **Receitas e Despesas Orçamentárias**

No que tange às receitas orçamentárias, verifica-se que houve uma arrecadação de 126,94% em relação à receita prevista:

Tabela 02 - Execução orçamentária da receita			Em R\$ 1,00
Unidade Gestora	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	% Arrecadação
Prefeitura Municipal de Fundão	R\$ 74.236.783,01	R\$ 88.391.950,31	119,07%
Fundo Municipal de Saúde	R\$ 2.418.100,00	R\$ 4.212.557,18	174,21%
Câmara Municipal de Fundão	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
IPRESF	R\$ 5.400.000,00	R\$ 11.556.672,34	214,01%



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FUNDÃO**  
CONTROLADORIA GERAL

Total (BALORC por UG) = A	R\$ 82.054.883,01	R\$ 104.161.179,83	126,94%
Total (BALORC Consolidado) = B	R\$ 82.054.883,01	R\$ 104.161.179,83	126,94%
Divergência = A-B	0,00	0,00	0,00

Fonte: Balanços Orçamentários gerados pelo sistema CIDADES/TCEES

A receita orçamentária, segundo a classificação por categoria econômica, é a que segue:

Tabela 03 - Receita Orçamentária por categoria econômica (consolidado)		Em R\$ 1,00
Especificação	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas
Receita Corrente	R\$ 78.154.383,01	R\$ 92.746.960,19
Receita de Capital	R\$ 100.000,00	R\$ 2.913.045,58
Operações de Crédito/Refinanciamento	R\$ 0,00	R\$ 0,00
<b>Totais</b>	<b>R\$ 78.254.383,01</b>	<b>R\$ 95.660.005,77</b>

Fonte: Balanços Orçamentários gerados pelo sistema CIDADES/TCEES

A execução orçamentária consolidada representa 91,02% da dotação atualizada, conforme se evidencia na tabela a seguir:

Tabela 04 - Execução orçamentária da despesa			Em R\$ 1,00
Unidade Gestora	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	% Execução
Prefeitura Municipal de Fundão	R\$ 63.379.847,41	R\$ 57.648.331,15	90,96%
Fundo Municipal de Saúde	R\$ 17.059.121,57	R\$ 16.707.003,66	97,94%
Câmara Municipal de Fundão	R\$ 2.545.081,10	R\$ 2.425.054,47	95,28%
IPRESF	R\$ 5.400.000,00	R\$ 3.665.254,38	67,88%
<b>Total (BALORC por UG) = A</b>	<b>R\$ 88.384.050,08</b>	<b>R\$ 80.445.643,66</b>	<b>91,02%</b>
<b>Total (BALORC Consolidado) = B</b>	<b>R\$ 88.384.050,08</b>	<b>R\$ 80.445.643,66</b>	<b>91,02%</b>
<b>Divergência = A-B</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Fonte: Balanços Orçamentários gerados pelo sistema CIDADES/TCEES

A despesa orçamentária, segundo a classificação por categoria econômica, é a que segue:

Tabela 05 - Despesa orçamentária por categoria econômica (consolidado)	Em R\$ 1,00
--	-------------



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FUNDÃO**  
CONTROLADORIA GERAL

Especificação	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas
Corrente	R\$ 63.578.246,29	R\$ 79.511.378,62	R\$ 75.468.258,39	R\$ 75.367.996,93	R\$ 75.276.862,12
De Capital	R\$ 2.956.753,71	R\$ 8.872.671,46	R\$ 4.977.385,27	R\$ 4.957.649,27	R\$ 4.569.302,08
Reserva de Contingência	R\$ 400.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Amortização da Dívida / Refinanciamento	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Reserva RPPS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
<b>Totais</b>	<b>R\$ 66.935.000,00</b>	<b>R\$ 88.384.050,08</b>	<b>R\$ 80.445.643,66</b>	<b>R\$ 80.325.646,20</b>	<b>R\$ 79.846.164,20</b>

Fonte: Balanços Orçamentários gerados pelo sistema CIDADES/TCEES

A execução orçamentária evidencia um resultado superavitário no valor de R\$ 23.715.536,17, conforme demonstrado a seguir:

<b>Tabela 06 - Resultado da execução orçamentária (consolidado)</b>	<b>Em R\$ 1,00</b>
Receita total realizada	R\$ 104.161.179,83
Despesa total executada (empenhada)	R\$ 80.445.643,66
<b>Resultado da execução orçamentária (déficit/superávit)</b>	<b>R\$ 23.715.536,17</b>

Fonte: Balanços Orçamentários gerados pelo sistema CIDADES/TCEES

#### • Resultado Primário e Nominal

A política fiscal dos entes públicos abrange a administração das receitas, do orçamento e da despesa pública, assim como dos ativos e passivos.

Neste contexto, o resultado primário, obtido pela diferença entre receitas e despesas primárias, tem como objetivo principal indicar a capacidade que o município tem em gerar receitas suficientes para custear as despesas correntes e de investimentos, sem que haja comprometimento da capacidade de administrar a dívida existente.

As receitas primárias (não-financeiras) são as resultantes basicamente da arrecadação de tributos e prestação de serviços. As despesas primárias são aquelas



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FUNDÃO**  
CONTROLADORIA GERAL

necessárias à prestação dos serviços públicos (deduzidas das despesas financeiras).

Por seu turno, o resultado nominal possibilita acompanhar a evolução da dívida fiscal líquida, indicando a necessidade ou não de financiamento do setor público junto a terceiros.

A Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) estabelece regras em relação às metas de resultados primário e nominal, conforme o §1º do art. 4º:

§1º Integrará o projeto de lei de diretrizes orçamentárias Anexo de Metas Fiscais, em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.

Consta também do art. 9º a medida corretiva de limitação de empenho quando comprometido o atingimento das metas estabelecidas na LDO:

Art. 9º Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FUNDÃO**  
CONTROLADORIA GERAL

O acompanhamento da evolução do cumprimento ou não das metas estabelecidas na LDO, para os resultados primário e nominal, é feito por meio do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO), na forma estabelecida pela Lei Complementar 101/2000. A meta estabelecida na LDO para resultados primário e nominal do município e o resultado obtido da execução do orçamento estão detalhados no quadro a seguir:

Tabela 07 - Resultados Primário e Nominal		Em R\$ 1,00
Rubrica	Meta LDO	Execução
Receita Primária	R\$ 73.216.247,65	R\$ 94.143.134,36
Despesa Primária	R\$ 67.823.615,33	R\$ 71.475.200,17
Resultado Primário	R\$ 5.392.632,32	R\$ 22.886.597,84
Resultado Nominal	R\$ 6.444.139,67	R\$ 23.335.136,05

Fonte: Demonstrativos dos Resultados Primário e Nominal gerados pelo sistema CIDADES/TCEES

As informações demonstram o cumprimento da Meta Fiscal do Resultado Primário e o cumprimento da Meta Fiscal do Resultado Nominal, previstas no Anexo de Metas Fiscais da LDO.

#### **EXECUÇÃO FINANCEIRA**

A execução financeira, evidenciada no Balanço Financeiro, compreende a execução das receitas e das despesas orçamentárias, bem como os recebimentos e pagamentos de natureza extraorçamentários, que, somados ao saldo do exercício anterior, resultará no saldo para o exercício seguinte.

Na tabela a seguir, apresenta-se uma síntese do Balanço Financeiro.

Tabela 08 - Balanço Financeiro (consolidado)	Em R\$ 1,00
--	-------------



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FUNDÃO**  
CONTROLADORIA GERAL

<b>Saldo em espécie do exercício anterior</b>	<b>R\$ 25.513.205,72</b>
Receitas orçamentárias	R\$ 95.660.005,77
Transferências financeiras recebidas	R\$ 0,00
Recebimentos extraorçamentários	R\$ 10.936.740,11
Despesas orçamentárias	R\$ 72.140.890,36
Transferências financeiras concedidas	R\$ 0,00
Pagamentos extraorçamentários	R\$ 12.228.600,23
<b>Saldo em espécie para o exercício seguinte</b>	<b>R\$ 47.740.461,01</b>
Fonte: Balanço Financeiro (consolidado) gerado pelo sistema CIDAES/TCEES	

Destaca-se, a seguir, o saldo contábil das disponibilidades apresentados nos termos de verificação.

<b>Tabela 09 - Disponibilidades</b>	<b>Em R\$ 1,00</b>
<b>Unidade Gestora</b>	<b>Saldo</b>
Prefeitura Municipal de Fundão	R\$ 20.374.742,70
Fundo Municipal de Saúde	R\$ 3.484.035,70
Câmara Municipal de Fundão	R\$ 252.593,97
IPRESF	R\$ 23.611.071,13
<b>Total (TVDISP por UG)</b>	<b>R\$ 47.722.443,50</b>
Fonte: TVDISP (consolidado) gerado pelo sistema CIDAES/TCEES	

### **EXECUÇÃO PATRIMONIAL**

As alterações quantitativas, decorrentes de transações que aumentam ou diminuem o patrimônio público, provocam alterações nos elementos patrimoniais, refletindo em resultados aumentativos ou diminutivos no patrimônio líquido.

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidencia um resultado patrimonial superavitário no valor de R\$ 8.910.045,18. Dessa forma, o resultado das variações patrimoniais quantitativas refletiu positivamente no patrimônio do município.

Na tabela seguinte, evidenciam-se, sinteticamente, as variações quantitativas ocorridas no patrimônio:

<b>Tabela 10 - Síntese da DVP (consolidado)</b>	<b>Em R\$ 1,00</b>
Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA)	R\$ 149.670.779,41



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FUNDÃO**  
CONTROLADORIA GERAL

Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD)	R\$ 140.760.734,23
<b>Resultado Patrimonial do período</b>	<b>R\$ 8.910.045,18</b>
Fonte: Demonstração das Variações Patrimoniais (consolidado) gerado pelo sistema CIDADES/TCEES	

A situação patrimonial, qualitativa e quantitativamente, é evidenciada por meio do Balanço Patrimonial.

Essa demonstração contábil permite o conhecimento da situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, além das contas de compensação.

Apresenta-se, na tabela seguinte, a situação patrimonial do município, no encerramento do exercício em análise:

<b>Tabela 11 - Síntese do Balanço Patrimonial (consolidado)</b>		<b>Em R\$ 1,00</b>
<b>Especificação</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>
Ativo circulante	R\$ 36.795.412,78	R\$ 50.072.029,08
Ativo não circulante	R\$ 81.816.928,92	R\$ 108.523.596,22
Passivo circulante	R\$ 3.009.076,69	R\$ 4.070.514,91
Passivo não circulante	R\$ 19.063.625,75	R\$ 41.063.704,38
Patrimônio líquido	R\$ 118.486.394,63	R\$ 128.736.318,90
Fonte: Balanço Patrimonial (consolidado) gerado pelo sistema CIDADES/TCEES		

Demonstra-se, a seguir, o resultado financeiro apurado no "Quadro de Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes - Lei 4.320/1964" do Balanço Patrimonial e no Demonstrativo do Superávit/Déficit Financeiro (Fonte de Recursos):

<b>Tabela 12 - Resultado Financeiro</b>		<b>Em R\$ 1,00</b>
<b>Especificação</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>
Ativo Financeiro (a)	R\$ 25.844.329,66	R\$ 48.090.476,59
Passivo Financeiro (b)	R\$ 1.380.153,18	R\$ 2.034.271,87
<b>Resultado Financeiro apurado no BALPAT (c) = (a) - (b)</b>	<b>R\$ 24.464.176,48</b>	<b>R\$ 46.056.204,72</b>
Recursos Ordinários	R\$ 694.642,59	R\$ 3.093.927,18
Recursos Vinculados	R\$ 23.769.533,89	R\$ 42.962.277,54



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FUNDÃO**  
CONTROLADORIA GERAL

<b>Resultado Financeiro por Fonte de Recursos (d)</b>	<b>R\$ 24.464.176,48</b>	<b>R\$ 46.056.204,72</b>
<b>Divergência (c) - (d)</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Fonte: Balanço Patrimonial (consolidado) gerado pelo sistema CIDADES/TCEES		

O superávit financeiro, representado pela diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, poderá ser utilizado no exercício seguinte para abertura de créditos adicionais, desde que observadas as correspondentes fontes de recursos, na forma do art. 43, da Lei 4.320/1964.

#### **1.4. Da Gestão Fiscal**

##### **DESPESA COM PESSOAL**

Base Normativa: Art. 20, inciso III, alínea "b", art. 19, III, e art. 22, parágrafo único da Lei Complementar 101/2000.

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ao estabelecer normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, disciplinou, em seus arts. 18 a 23, sobre a limitação das despesas com pessoal pelos Poderes e Entes da Federação.

Conforme conceituado pela Secretaria do Tesouro Nacional:

A despesa total com pessoal compreende o somatório dos gastos do Ente da Federação com ativos, inativos e pensionistas, deduzidos alguns itens exaustivamente



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FUNDÃO**  
CONTROLADORIA GERAL

explicitados pela própria LRF, não cabendo interpretações que extrapolem os dispositivos legais.

O limite referencial para as despesas com pessoal é aplicado em relação à Receita Corrente Líquida (RCL), que por sua vez, segundo definição da Secretaria do Tesouro Nacional:

É o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, agropecuárias, industriais, de serviços, transferências correntes e outras receitas correntes do ente da Federação, deduzidos alguns itens exaustivamente explicitados pela própria LRF, não cabendo interpretações que extrapolem os dispositivos legais.

Apurou-se a RCL Ajustada do município, no exercício de 2021, cujo montante totalizou R\$ 89.727.884,50.

Constatou-se, com base na documentação que integra a prestação de contas, que as despesas com pessoal executadas pelo Poder Executivo atingiram 36,77% da receita corrente líquida ajustada, conforme sintetizado na tabela a seguir:

<b>Tabela 13 - Despesas com pessoal - Poder Executivo</b>	<b>Em R\$ 1,00</b>
<b>Descrição</b>	<b>Valor</b>
Receita Corrente Líquida Ajustada - RCL Ajustada	R\$ 89.727.884,50
Despesa Total com Pessoal - DTP	R\$ 32.991.038,03
<b>% Apurado (DTP / RCL Ajustada)</b>	<b>36,77%</b>
Fonte: Demonstrativos de Gestão Fiscal gerados pelo sistema CIDADES/TCEES	

Conforme a tabela anterior, observa-se o cumprimento do limite de pessoal do Poder Executivo em análise.

#### **DÍVIDA CONSOLIDADA DO MUNICÍPIO**

Rua Presidente Vargas, 15 - Centro - Fundão - ES - CEP 29185.000 -  
Tel.: (27) 3267-2754 [conger@fundao.es.gov.br](mailto:conger@fundao.es.gov.br)



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FUNDÃO**  
CONTROLADORIA GERAL

Base Normativa: Art. 59, IV, da Lei Complementar nº 101/2000; e art. 3º, II, da Resolução nº 40/2001 do Senado Federal.

De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal e com a Resolução 40/2001 do Senado Federal, a dívida consolidada ou fundada, para fins fiscais, corresponde ao montante total das obrigações financeiras, apurado sem duplicidade (excluídas obrigações entre órgãos da administração direta e entre estes e as entidades da administração indireta), assumidas: a) pela realização de operações de crédito com a emissão de títulos públicos, para amortização em prazo superior a 12 (doze) meses (dívida mobiliária); b) pela realização de operações de crédito em virtude de leis, contratos (dívida contratual), convênios ou tratados, para amortização em prazo superior a 12 (doze) meses; c) com os precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos; e, d) pela realização de operações de crédito de prazo inferior a 12 (doze) meses, que tenham constado como receitas no orçamento.

A dívida consolidada líquida, por sua vez, representa o montante da dívida consolidada deduzido o saldo relativo aos haveres financeiros (disponibilidade de caixa e demais haveres financeiros).

No uso de suas competências constitucionais (art. 52 da CF/88), o Senado Federal editou a Resolução 40/2001, disciplinado que a dívida consolidada líquida dos



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FUNDÃO**  
CONTROLADORIA GERAL

municípios não poderá exceder a 1,2 vezes a receita corrente líquida.

Com base nos demonstrativos contábeis integrantes da prestação de contas anual do município, ao final do exercício em análise, a dívida consolidada líquida representou -18,62% da receita corrente líquida, conforme se demonstra na tabela a seguir:

<b>Tabela 14 - Dívida Consolidada Líquida</b>	<b>Em R\$ 1,00</b>
<b>Descrição</b>	<b>Valor</b>
Dívida consolidada	R\$ 7.245.363,67
Deduções	R\$ 23.949.334,93
Dívida consolidada líquida	-R\$ 16.703.971,26
Receita Corrente Líquida Ajustada - RCL Ajustada	R\$ 89.727.884,50
<b>% da dívida consolidada líquida sobre a RCL</b>	<b>-18,62%</b>
Fonte: Demonstrativos de Gestão Fiscal gerados pelo sistema CIDADES/TCEES	

Portanto, a dívida consolidada líquida não extrapolou o limite previsto (120% da receita corrente líquida), estando em acordo com a legislação supramencionada.

#### **OPERAÇÕES DE CRÉDITO E CONCESSÃO DE GARANTIAS**

Base Normativa: Art. 35 da Lei Complementar 101/2000; Lei Federal 4.595/1964; art. 7º, inciso I, e art. 10 da Resolução do Senado Federal nº 43/2001; e art. 167, III da Constituição Da República /1988; Art. 55, inciso I, alínea "c"; e art. 40, §1º, da Lei Complementar 101/2000.

Segundo o inciso III, do art. 29, da Lei de Responsabilidade Fiscal, operações de crédito são compromissos financeiros assumidos em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FUNDÃO**  
CONTROLADORIA GERAL

provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros.

As operações de crédito por antecipação de receitas orçamentárias, por sua vez, são definidas pela LRF como operações de crédito destinadas a atender insuficiência de caixa durante o exercício financeiro.

A Constituição da República outorgou a competência ao Senado Federal para dispor sobre limites globais e condições para as operações de crédito externo e interno dos municípios, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo Poder Público Federal (art. 52).

O Senado Federal editou a Resolução 43/2001, dispondo sobre os limites para a contratação das operações de crédito pelos municípios, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização, conforme art. 7º.

Para os municípios, restou definido que as operações de crédito interno e externo devem limitar-se a:

- 16% (dezesseis por cento) da receita corrente líquida para o montante global das operações realizadas em um exercício financeiro; e
- 11,5% (onze inteiros e cinco décimos por cento) da receita corrente líquida para o comprometimento anual com amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada, inclusive relativos a valores a desembolsar de operações de crédito já contratadas e a contratar.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FUNDÃO**  
CONTROLADORIA GERAL

Quanto à concessão de garantias, o Senado Federal estabeleceu como limite para o saldo global das garantias concedidas pelos municípios, o máximo de 22% (vinte e dois por cento) da receita corrente líquida, conforme art. 9º da Resolução 43/2001.

Como exceção, permitiu que esse montante poderá ser elevado para 32% (trinta e dois por cento) da receita corrente líquida, desde que, cumulativamente, quando aplicável, o garantidor:

- Não tenha sido chamado a honrar, nos últimos 24 (vinte e quatro) meses, a contar do mês da análise, quaisquer garantias anteriormente prestadas;
- Esteja cumprindo o limite da dívida consolidada líquida, definido na Resolução nº 40, de 2001, do Senado Federal;
- Esteja cumprindo os limites de despesa com pessoal previstos na Lei Complementar nº 101, de 2000; e
- Esteja cumprindo o Programa de Ajuste Fiscal acordado com a União, nos termos da Lei nº 9.496, de 1997.

Quanto às Operações de Crédito por Antecipação de Receitas Orçamentárias (ARO), o Senado Federal definiu, conforme art. 10 da Resolução 43/2001, que o saldo devedor dessas operações não poderá exceder, no exercício em que estiver sendo apurado, a 7% (sete por cento) da receita



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FUNDÃO**  
CONTROLADORIA GERAL

corrente líquida, observando-se ainda, as disposições contidas nos arts. 14 e 15 daquela resolução.

Apresenta-se, nas tabelas a seguir, com base nas demonstrações contábeis que integram a prestação de contas, os montantes e limites de operações de crédito contratadas pelo município, apurados ao final do exercício em análise:

<b>Tabela 15 - Operações de Crédito (Limite 16% RCL)</b>	<b>Em R\$ 1,00</b>
<b>Descrição</b>	<b>Valor</b>
Receita Corrente Líquida - RCL	R\$ 90.727.884,50
Montante global das operações de crédito	R\$ 0,00
<b>% do montante global das operações de crédito sobre a RCL</b>	<b>0,00%</b>
Amortização, juros e demais encargos da dívida	R\$ 0,00
<b>% do comprometimento anual com amortização, juros e encargos da dívida sobre a RCL</b>	<b>0,00%</b>
Fonte: Demonstrativos de Gestão Fiscal gerados pelo sistema CIDADES/TCEES	

<b>Tabela 16 - Operações de Crédito - ARO (Limite 7% RCL)</b>	<b>Em R\$ 1,00</b>
<b>Descrição</b>	<b>Valor</b>
Receita Corrente Líquida - RCL	R\$ 90.727.884,50
Montante global das operações de crédito por antecipação de receitas orçamentárias - ARO	R\$ 0,00
<b>% do montante global das operações de crédito por antecipação de receitas orçamentárias sobre a RCL</b>	<b>0,00%</b>
Fonte: Demonstrativos de Gestão Fiscal gerados pelo sistema CIDADES/TCEES	

<b>Tabela 17 - Garantias Concedidas (Limite 22% RCL)</b>	<b>Em R\$ 1,00</b>
<b>Descrição</b>	<b>Valor</b>
Receita Corrente Líquida - RCL	R\$ 90.727.884,50
Montante global das garantias concedidas	R\$ 0,00
<b>% do montante global das garantias concedidas sobre a RCL</b>	<b>0,00%</b>
Fonte: Demonstrativos de Gestão Fiscal gerados pelo sistema CIDADES/TCEES	

De acordo com os demonstrativos encaminhados e os limites previstos em Resolução do Senado Federal constatou-se o cumprimento, no exercício, dos limites de 16% da RCL com o montante global das Operações de Crédito, e o cumprimento, no exercício, dos limites de 7% da RCL com o



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FUNDÃO**  
CONTROLADORIA GERAL

montante global das operações de crédito por antecipação de receitas orçamentárias - ARO.

Constatou-se também o cumprimento, no exercício, dos limites de 22% da RCL com o montante global das concessões de garantias e recebimentos de contragarantias.

### **RENÚNCIA DE RECEITA**

A Lei de Responsabilidade Fiscal, ao dispor sobre a renúncia de receita, estabeleceu que a concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária, da qual decorra renúncia de receita, deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:

- Demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias; E
- Estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no caput, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FUNDÃO**  
CONTROLADORIA GERAL

O art. 4º da LRF estabelece que o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias deve integrar o Anexo de Metas Fiscais, o qual deve conter, dentre outros demonstrativos, o da estimativa e compensação da renúncia de receita e o da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.

Esse demonstrativo, além de condicionar a concessão da renúncia de receita, tem por objetivo tornar transparentes os requisitos exigidos para a concessão ou ampliação dos benefícios de natureza tributária.

De acordo com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual do município, aprovadas para o exercício sob análise, constata-se a inexistência de previsão para beneficiar instituições com renúncia de receita.

**REGRA DE OURO (ARTIGO 44 DA LEI COMPLEMENTAR 101/2000)**

Em consulta ao Balancete da Despesa Orçamentária por Fonte, verificou-se que não foram executadas despesas correntes com recursos provenientes da alienação de ativos (fonte 930), não havendo, portanto, evidências de descumprimento da regra gravada no artigo 44 da LC 101/2000.

Art. 44. É vedada a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FUNDÃO**  
CONTROLADORIA GERAL

previdência social, geral e próprio dos servidores públicos.

Já em relação ao art. 167, inciso III, da Constituição Federal, que veda a realização de operações de crédito que excedam o montante das despesas de capital, observou-se que a receita de operações de crédito totalizou R\$ 0,00 e a despesa de capital realizada, R\$ 4.977.385,27. Portanto, não há evidências do descumprimento da regra.

**APLICAÇÃO DE RECURSOS NA MANUTENÇÃO E NO DESENVOLVIMENTO DO ENSINO**

Base Normativa: Art. 212, caput, da Constituição da República/1988 e Art. 60, inciso XII, do ADCT - Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição da República/1988 (alterado pela Emenda Constitucional 53/2006).

Por determinação da Constituição da República, os municípios devem aplicar, anualmente, nunca menos de vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino, e devem destinar, ainda, não menos do que 70% dos recursos provenientes do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) para o pagamento dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FUNDÃO**  
CONTROLADORIA GERAL

Avaliou-se, com base na documentação que integra a prestação de contas anual, que o município, no exercício em análise, aplicou 25,71% da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino, conforme planilha de apuração e demonstrada demonstrado na tabela a seguir:

<b>Tabela 18 - Aplicação na manutenção e desenvolvimento do ensino</b>	<b>Em R\$ 1,00</b>
<b>Destinação de recursos</b>	<b>Valor</b>
Receitas provenientes de impostos	R\$ 8.903.127,61
Receitas provenientes de transferências	R\$ 37.283.173,83
Base de cálculo para aplicação na manutenção e desenvolvimento do ensino	R\$ 46.186.301,44
<b>Valor aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino</b>	<b>R\$ 11.874.931,80</b>
<b>% de aplicação</b>	<b>25,71%</b>
Fonte: Demonstrativos de Gestão Fiscal gerados pelo sistema CIDADES/TCEES	

Portanto, o município cumpriu o limite de aplicação com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.

Quanto à destinação de recursos para pagamento dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício, constatou-se, com base na documentação que integra a prestação de contas anual, que o município destinou 75,01% das receitas provenientes do Fundeb, conforme demonstrado na planilha de apuração e apresentado resumidamente na tabela a seguir:

<b>Tabela 19 - Destinação de recursos do FUNDEB prof. Magistério</b>	<b>Em R\$ 1,00</b>
<b>Destinação de recursos</b>	<b>Valor</b>
Receitas líquidas provenientes do FUNDEB	R\$ 15.477.206,83
<b>Valor destinado ao pagamento dos profissionais do magistério</b>	<b>R\$ 11.608.798,93</b>
<b>% de aplicação</b>	<b>75,01%</b>
Fonte: Demonstrativos de Gestão Fiscal gerados pelo sistema CIDADES/TCEES	



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FUNDÃO**  
CONTROLADORIA GERAL

Portanto, o município cumpriu o limite de aplicação de 70% do FUNDEB com Magistério.

**APLICAÇÃO DE RECURSOS EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**

Base Normativa: Art. 77, inciso III, do ADCT - Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição da Pública/1988 (Incluído pela Emenda Constitucional nº 29/2000).

A Emenda Constitucional 29/2000 acrescentou art. ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para assegurar os recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde, estabelecendo a obrigatoriedade de aplicação mínima, pelos entes da federação, de recursos provenientes de impostos e transferências, em ações e serviços públicos de saúde.

Definiu, no § 3º no art. 198 da CF/88, que lei complementar estabeleceria:

- Os percentuais mínimos das receitas de impostos e transferências a serem aplicados, anualmente, pela União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- Os critérios de rateio dos recursos da União vinculados à saúde destinados aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, e dos Estados destinados a seus respectivos Municípios, objetivando a progressiva redução das disparidades regionais;



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FUNDÃO**  
CONTROLADORIA GERAL

- As normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas esferas federal, estadual, distrital e municipal; e
- As normas de cálculo do montante a ser aplicado pela União.

Em 13 de janeiro de 2012, foi editada a Lei Complementar 141, regulamentando o § 3º do art. 198 da Constituição da República, estabelecendo os valores mínimos a serem aplicados anualmente pelos Municípios em ações e serviços públicos de saúde; os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas três esferas de governo; e a transparência, visibilidade, fiscalização, avaliação e controle da aplicação dos recursos destinados à saúde.

Em relação à aplicação mínima de recursos, restou estabelecido, pelo art. 7º, que os municípios e o Distrito Federal aplicarão anualmente em ações e serviços públicos de saúde, no mínimo, 15% (quinze por cento) da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam o art. 158 e a alínea "b" do inciso I do caput e o § 3º do art. 159, todos da Constituição da República.

Avaliou-se, com base na documentação que integra a prestação de contas anual, que o município, no exercício em análise, aplicou 25,73% da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, em ações e serviços públicos de saúde, conforme demonstrado na



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FUNDÃO**  
CONTROLADORIA GERAL

planilha de apuração e evidenciado resumidamente na tabela a seguir:

<b>Tabela 20 - Aplicação de recursos em ações e serviços públicos de saúde</b>	<b>Em R\$ 1,00</b>
<b>Destinação de recursos</b>	<b>Valor</b>
Receitas provenientes de impostos	R\$ 8.903.127,61
Receitas provenientes de transferências	R\$ 35.513.678,46
Base de cálculo para aplicação em ações e serviços públicos de saúde	R\$ 44.416.806,07
<b>Valor aplicado em ações e serviços públicos de saúde</b>	<b>R\$ 11.429.295,50</b>
<b>% de aplicação</b>	<b>25,73%</b>
Fonte: Demonstrativos de Gestão Fiscal gerados pelo sistema CIDADES/TCEES	

Portanto, verifica-se que o município cumpriu o limite mínimo constitucional previsto para aplicação de recursos em ações e serviços públicos de saúde.

### 1.5. Da Gestão Previdenciária

Com base no DEMAAT/2021, verificamos que o regime de previdência realizou avaliação atuarial, no exercício de 2021, conforme determina a Lei Federal 9.717/1998, em seu art. 1º, inciso I. A avaliação atuarial foi feita pela empresa ETAA - Escritório Técnico Atuarial S/S Ltda, com data focal da avaliação atuarial em 31 de dezembro de 2021, com elaboração do documento em 28/02/2022, conforme:

<b>Tabela 21 - Avaliação Atuarial Anual</b>	
<b>Informações Gerais</b>	<b>RPPS</b>
Data da Avaliação	31/12/21
Data Base	12/2021
Número da Nota Técnica Atuarial	NTA nº 2020.000495.1
Número de registro do atuário	935
Atuário MIBA nº 935	Richard M. Dutzmann
Fonte: Relatório Atuarial Anual - 2021	



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FUNDÃO**  
CONTROLADORIA GERAL

Atualmente, o Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Fundão cobre os benefícios de aposentadoria por tempo de contribuição, idade e compulsória e aposentadoria por invalidez para os servidores ativos. Para os dependentes, pensão por morte. Com a base cadastral posicionada em dezembro de 2021, o grupo segurado encontra-se distribuído entre:

Tabela 22 - Grupo Segurado	
Servidores Ativos	503
Aposentados	103
Pensionistas	13
Fonte: Relatório Atuarial Anual - 2021	

Benefícios cobertos pelo regime previdenciário:

**I. Cobertura para os Participantes**

- a. Aposentadoria por Idade;
- b. Aposentadoria por Tempo de Contribuição;
- c. Aposentadoria Compulsória;
- d. Aposentadoria por Invalidez;

**II. Cobertura aos Dependentes**

- a Pensão por Morte.

Para os cálculos matemáticos o atuário considerou as hipóteses atuariais, principalmente a taxa de juros de 4,90% ao ano, em atendimento ao Art. 26 da Portaria MF nº 464/2018, a Taxa Real de Crescimento da Remuneração por Mérito e Produtividade de 1,00% a.a. e a Taxa Real de Crescimento dos Proventos de 0,00% a.a. dos Servidores do



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FUNDÃO**  
CONTROLADORIA GERAL

Município de Fundão, e a próxima tabela demonstra as receitas e despesas projetadas para os próximos exercícios em valor presente.

<b>Tabela 23 - Projeção Atuarial para os próximos três exercícios</b>		
<b>Ano</b>	<b>Receitas Previdenciárias</b>	<b>Despesas Previdenciárias</b>
2022	R\$ 8.579.935,07	R\$ 4.265.075,35
2023	R\$ 8.636.165,53	R\$ 4.412.202,23
2024	R\$ 8.692.958,31	R\$ 4.558.644,41
Fonte: Relatório Atuarial Anual - 2021		

#### **RESULTADO ATUARIAL**

Para evidenciar o resultado atuarial, expõe-se a seguinte tabela retirada do DEMAAT.

<b>Tabela 24 - Resultado Atuarial da Avaliação de Encerramento do Exercício</b>	
<b>Informações</b>	<b>Em R\$ 1,00</b>
Ativos Garantidores do Plano	R\$ 29.706.593,88
Provisões Matemáticas	R\$ 91.593.004,34
Compensação Previdenciária	R\$ 8.251.033,49
<b>RESULTADO ATUARIAL</b>	<b>-R\$ 53.635.376,97</b>
Superavit	R\$ 0,00
Reserva de Contingência	R\$ 0,00
Reserva para Ajuste do Plano	R\$ 0,00
Deficit	-R\$ 53.635.376,97
<b>Deficit Equacionado</b>	<b>-R\$ 47.287.592,92</b>
<b>Valor Atual do Plano de Amortização do Deficit Atuarial estabelecido em lei</b>	<b>-R\$ 47.287.592,92</b>
Valor Atual da Cobertura de Insuficiência Financeira	R\$ 0,00
Deficit Atuarial a Equacionar	-R\$ 6.347.784,05
Fonte: Relatório Atuarial Anual - 2021	

Para equacionamento do déficit o município instituiu o Plano de Amortização, conforme a Lei Municipal 1.255/2020, cujo valor do plano atinge o montante de R\$ 47.287.592,92.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FUNDÃO**  
CONTROLADORIA GERAL

## 2. PARECER DO CONTROLE INTERNO

Examinamos a Prestação de Contas Anual elaborada sob a responsabilidade do Senhor Gilmar de Souza Borges, gestor da Prefeitura Municipal de Fundão, relativa ao exercício de 2021.

Em nossa opinião, tendo como base os objetos e pontos de controle avaliados, elencados no item 1 desta manifestação, a referida prestação de contas se encontra **regular com ressalva**, em razão das avaliações pontuais contidas no tópico anterior.

Fundão/ES, 18 de abril de 2022.

Marcelo Ribeiro de Freitas  
Controlador Geral do Município  
Matrícula 012059  
Decreto N.º 659/2021